



Florestan Fernandes - Diego Umpierrez, nanquim

CAPITALISMO DEPENDENTE E SUBDESENVOLVIMENTO NA OBRA DE FLORESTAN FERNANDES

Dependent Capitalism and underdevelopment in the work of Florestan Fernandes

Felipe Augusto Duarte^{1[1]} (Universidade Estadual Paulista/São Paulo, Brasil)

RESUMO: *Este artigo se concentra na apresentação da natureza, do sentido e do significado das categorias dependência e subdesenvolvimento, tal como elas são construídas na obra de Florestan Fernandes. A partir dessas categorias, o autor busca qualificar o tipo específico de capitalismo que emerge do próprio e peculiar circuito histórico-social de nações subdesenvolvidas que nasceram da invasão e conquista dos territórios de populações autóctones da América Latina no contexto da expansão do mundo ocidental. Procurando ressaltar a tese de Florestan, segundo a qual, embora a Nação se apresente como a unidade contextual e de referência para a análise do subdesenvolvimento, da dependência e dos correlatos padrões externos de dominação, o nervo operacional que vincula e ordena esses fenômenos são a estrutura e os dinamismos do regime de classes conformado por um modelo de dominação e de disputa pelo poder que estabelece os limites da luta de classes e, com ela, a lógica das mudanças sociais. Logo, é o caráter supranacional do modelo autocrático e composto de dominação de classe, baseado em uma articulação de articulações entre os interesses das classes dominantes internas e externas, alicerçadas na repartição dupla do excedente econômico, o elemento que permite compreender como a dominação imperialista e a condição de dependência são o verso e o anverso da mesma moeda que caminham sempre com o intuito de melhor rentabilizar o subdesenvolvimento.*

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo dependente; Subdesenvolvimento; Classes sociais.

ABSTRACT: *This article focuses on the presentation of the nature, sense and meaning of categories of dependence and underdevelopment, as they are constructed at the work of Florestan Fernandes. From these categories, the author aims at qualifying the specific type of capitalism that emerges from the peculiar historical-social circuit of underdeveloped nations that have been born from invasion and conquest of territories of native populations of Latin America in the context of the expansion of the Western world. Trying to emphasize Florestan's thesis, according to which, although the Nation presents itself as the contextual and reference unit for the analysis of underdevelopment, dependence and correlated external patterns of domination, the operational nerve that links and organizes these phenomena are the structure and*

¹Economista e mestre em Ciências Sociais, e-mail: fad.drp@gmail.com

dynamism of class regime conformed to a model of domination and power struggle that establishes the limits of class struggle and, with it, the logic of social changes. Therefore, it is the supranational character of the autocratic and composite model of class domination, based on an articulation of articulations between the interests of the internal and external ruling classes, founded on the double distribution of the economic surplus, the element that allows us understand how imperialist domination and the condition of dependence are the back and the front of the same coin that always walk in order to profit better from underdevelopment.

KEYWORDS: Dependent capitalism; Underdevelopment; Social classes.

1 INTRODUÇÃO:

Florestan Fernandes é um pensador paradigmático, que forjou uma matriz de interpretação e um método de trabalho com base nos quais inaugurou, atesta Ianni (2011[1986]), um novo ângulo de análise e compreensão da história, da sociedade e do papel da ciência social brasileira. Suas reconstruções sócio-históricas e contribuições em termos de instrumentos de investigação e de explicação teórica conformam uma obra especialmente atenta à dinâmica das mudanças no espaço social e no tempo histórico dos países da periferia do capitalismo, tanto no plano das funções desempenhadas pelas micro interações, estilos de vida e papéis de curto e médio prazo, como na análise das estruturas de classe e dos macro processos histórico-sociais de longa duração.

Complexo e refinado, o trabalho de Florestan se caracteriza pelo uso crítico dos mais diversos recursos conceituais, metodológicos e teóricos e pela adequação criteriosa destes aos contextos investigados. Segundo essa orientação, as técnicas e os métodos de investigação derivam da inscrição espaço-temporal e da lógica interna do objeto de estudo. Tal postura científica resulta, nas palavras de Cohn (1987), em um “ecletismo bem temperado”, muito mais interessado na precisa adequação conceitual e no consequente desdobramento da dinâmica concreta dos processos sociais do que na busca por definições teóricas formalistas e genéricas identificações empíricas. Por conseguinte, o conhecimento obtido a partir deste método de trabalho procura exprimir a tensão sempre variável entre as particularidades do contexto socioeconômico, político e cultural e as influências das estruturas universais do processo civilizatório.

Estas sucintas indicações do método de trabalho e das interpretações teóricas elaboradas por Florestan Fernandes demonstram que seria pouco razoável apresentar sua obra buscando fixar definições conceituais como se fossem estruturas atemporais. Não obstante, isso tampouco significa que seu trabalho pode ser encarado como se este autor fosse um varejista de ideias soltas, mais ou menos incongruentes entre si. A obra de Florestan, aliás, como ocorre com todo grande pensador, pela amplitude das questões que permeia e pela relevância que tem, possibilita uma variedade de leituras. Todavia, para ser compreendida com o mínimo de consequência e objetividade, é necessário que se respeitem suas finalidades e coerência interna. Coerência e finalidades são ditadas, de um lado, pela explicitação de como se processa a absorção de um padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura e, por outro lado, pela

explicação das formas, permeadas por relações e estruturas de poder e dominação, por meio das quais se harmonizam as ações humanas e suas circunstâncias.

Com este espírito e na medida de nossas possibilidades, a presente reflexão será centrada na apresentação da natureza, do sentido e do significado específico da situação de dependência e de subdesenvolvimento, situação que caracteriza o tipo específico de capitalismo que eclode na periferia do sistema. Sempre se procurará qualificar o que é substantivo neste tema, o enlace dinâmico entre o imperialismo e a dependência, o padrão e a estrutura do regime de classes associado a este tipo de capitalismo, que é a “forma periférica e dependente do capitalismo monopolista que associa inexorável e inextricavelmente as formas ‘nacionais’ e ‘estrangeiras’ do capital financeiro” (FERNANDES, 1985:50).

2 FASES DA EVOLUÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL: AS MUDANÇAS SOCIAIS DE LONGA DURAÇÃO:

As economias exportadoras de “gêneros coloniais ou de produtos tropicais” não só nasceram profundamente especializadas: essa especialização foi imposta pelas antigas metrópoles e, embora mantida pelo mercado mundial depois da emancipação nacional, nunca deixou de ser uma especialização colonial propriamente dita. (FERNANDES, [1976] 2010:39, grifos do autor)

A problemática da dependência e do subdesenvolvimento ganha vulto nos trabalhos de Florestan a partir da década de 1960, quando “[...] a análise histórico-sociológica atingiu o seu apogeu, no Brasil, e nos quais sofreu, em consequência, uma perseguição sem quartel” (FERNANDES, 2008c[1974]:29), momento no qual as hipóteses da “Demora Cultural” e, posteriormente, do “Dilema Social Brasileiro” ganham nova amplitude, sendo incorporados e, podemos dizer, superados pela análise da dependência e do subdesenvolvimento como condição. Essa análise busca explicitar a forma pela qual os vários setores da sociedade capitalista dependente se acomodam, ativa e passivamente, à dominação externa de tipo imperialista e quais são suas repercussões internas em termos culturais, econômicos, políticos e sociais.

A partir daí Florestan procura focalizar e explicitar os mecanismos de dominação e controle associado do excedente econômico que funcionalizam o entrelaçamento dos interesses e necessidades das estruturas de poder internas e externas. Portanto, a observação e o estudo da emergência, irradiação e consolidação do capitalismo dependente como uma realidade interna nos países da periferia do sistema exigem, conforme Fernandes (2008b[1968]), o estabelecimento descritivo e interpretativo da ampla sequência histórica da formação de sua sociedade nacional, concebida “como parte da expansão do mundo ocidental”.

Essa sequência pode ser reconstruída, sempre conectada a padrões variáveis de dominação externa, a partir da evolução interna do sistema social de poder e das diversas fases socioeconômicas do sistema de produção e de dominação econômica. Tais padrões, sistemas e fases caracterizam, da era colonial e neocolonial até o advento do capitalismo dependente e do imperialismo total, “[...] uma história econômica, social e cultural particularíssima, que nos dá a justa medida do que pode e do que deve ser a

dita civilização [ocidental] a partir de uma condição colonial permanente, embora instável e mutável”. (FERNANDES, 2008[1967]:27)

Neste sentido, não podemos confundir o capitalismo dependente com as formas pré-capitalistas de organização social. Tal confusão equivale a desconsiderar que essas formas pretéritas, bem como as conexões com o plano internacional, se modificaram graças à evolução do capitalismo como realidade interna. E, no mesmo sentido, não podemos simplesmente escamotear a dependência e o subdesenvolvimento, ocultando-os sob o manto retórico da longa e heroica marcha nacional rumo à soberania e ao desenvolvimento, simulando autonomia de fato inexistente.

Tais característica de formação, argumenta Fernandes (2010[1976]) baseado no estudo do caso específico e típico do Brasil, têm um significado não desprezível, uma vez que a conquista da América implicou a revitalização e o prolongamento do regime patrimonialista e estamental articulado com a tríade da grande plantação, da escravidão mercantil e do esbulho colonial. As vinculações do antigo sistema colonial com o capitalismo comercial formaram um sistema organizado, em todos os setores da economia colonial, para promover a drenagem de riquezas da América Latina para a Europa. Esse sistema exigia importantes investimentos financeiros, inovação tecnológica e um mínimo de infraestrutura e de capacidade administrativa interna, contudo, “[...] a conexão capitalista pura e irreduzível da economia colonial procedia do circuito comercial e realizava-se no mercado europeu”. (FERNANDES, 2009[1973]:53).

Entretanto, mesmo o sistema colonial, para preservar sua estrutura e dinamismos, se modificou continuamente ao longo de seus três séculos de duração, sendo, porém, uma mudança que agia sempre e obstinadamente no sentido de resguardar e fortalecer as funções do esbulho colonial, conferindo primazia à exploração sobre o povoamento. Neste sentido, o que apareceu e se desenvolveu na periferia, como elemento típico do capitalismo moderno, não eram apenas suas conexões diretas com o capitalismo mercantilista, mas também o seu reverso, que permitia organizar e expandir a colonização em seu sentido explorador. “O elemento capitalista do mercado colonial era imposto de fora para dentro e realizava-se, de fato, através dos dinamismos jurídico-políticos e econômicos dos mercados metropolitanos” (FERNANDES, 2009[1973]:54).

As funções puramente econômicas que operavam no seio da sociedade colonial eram reguladas por controles legais e políticos, que visavam, de uma parte, preservar o monopólio metropolitano e, de outra, dar continuidade e aumentar a eficácia das formas de expropriação e apropriação inerentes ao comércio colonial; e, mais importante, excluir sistematicamente quaisquer interferências do mercado na estratificação social e nas relações de poder estabelecidas pela Coroa e reguladas pelos estamentos privilegiados das colônias. Em vista disso, o modo de produção do sistema colonial só era moderno no sentido de adaptar a criação de riquezas às funções que deveriam ser preenchidas pelas colônias de exploração. Tais funções eram delimitadas em virtude de sua articulação com a economia das sociedades metropolitanas.

Na verdade, o elemento capitalista central da economia colonial provinha do comércio colonial interno e externo, o qual impunha formas de apropriação e de expropriação – e, portanto, de acumulação de capital – pré-capitalistas. O reverso do capitalismo comercial, na América Latina, era um sistema de produção colonial, estrutural e dinamicamente adaptado à natureza

e às funções das colônias de exploração. O caráter precursor de tal sistema de produção aparecia nas combinações da escravidão, da servidão e de modalidades meramente suplementares de trabalho pago com a criação de uma riqueza destinada à apropriação colonial, ordenada legalmente e praticada por meio político-econômicos. (FERNANDES, 2009[1973]:54-55)

Sendo assim, o sistema de produção colonial e o mercado que dele emergia não atuaram e nem podiam atuar no sentido de incubar as evoluções econômicas, sociais, tecnológicas e políticas “autonomizadoras” e de negação da ordem colonial. Na verdade, a reiterada frustração que eles engendravam nos agentes nativos privilegiados foi decisiva para a crise do antigo regime colonial. Sem embargo, as frustrações foram insuficientes para destruir e substituir rapidamente as estruturas econômicas e sociais do regime colonial. Pode-se dizer que a transformação do mercado e a posterior mudança no sistema de produção ocorreram devido aos efeitos cumulativos de um novo padrão de incorporação ao espaço econômico, sociocultural e político das nações hegemônicas da Europa.

Esse novo padrão impôs a eclosão e ulterior expansão interna de um mercado capitalista especificamente moderno, estimulando, pelo uso das funções diferenciadoras e integrativas desse mercado, tanto a reorganização quantitativa como qualitativa do consumo e do sistema de produção propriamente capitalista. Essa fase de transição abrange o período de tempo que vai da conquista da emancipação nacional até a consolidação do poder econômico, social e político das oligarquias tradicionais, ou seja, da Independência em 1822 até a proclamação da República em 1889. Este período pode ser caracterizado como a do estabelecimento e desintegração de uma situação neocolonial, com o advento de um Estado nacional formalmente independente, mas materialmente baseado na (re)funcionalização da ordem escravocrata e senhorial.

Desse modo a Independência jurídico-política e o surgimento de um setor econômico “novo e moderno”, germens de uma nova ordem social com características competitivas típicas do regime de classes, alicerçavam-se sobre o “complexo econômico colonial da plantação escravista” e seu ordenamento em “castas” e “estamentos”. Revolução política e setor novo da economia foram impulsionados pela mudança nos padrões da dominação externa decorrentes da substituição do polo “metropolitano” hegemônico. Agora o controle colonial de tipo legal e político, próprio da dominação portuguesa e espanhola, foi substituído por controles especificamente econômicos, manipulados de fora e através dos mecanismos de mercado impostos pelo imperialismo inglês.

A fase neocolonial, uma verdadeira “revolução dentro da ordem”, por paradoxal que seja, malgrado conduzir a desagregação do antigo regime colonial, marca também a consolidação das estruturas econômicas e sociais desse mesmo antigo regime. Assim, podemos dizer que “[...] à revolução política corresponde a uma autêntica depuração consolidadora das estruturas econômicas e sociais herdadas da sociedade colonial” (FERNANDES, 2009[1973]:56). Conformando uma mudança que mantinha a dinâmica econômica e social em circuito fechado e baseada no “monopólio da dominação racial e estamental”, fundando:

O que se poderia designar como a ‘Idade de Ouro’ da ordem escravocrata e senhorial [...]. Em suma, a supressão dos liames coloniais com Portugal não implicou no desaparecimento do império colonial. Este se internalizou e se estabilizou, alimentando-se a partir de dentro pelas funções econômicas, sociais e políticas do domínio senhorial, da economia de plantação e do modo de produção escravista. (FERNANDES, 2010 [1976]:88-89)

Logo, a descolonização inicia-se de modo limitado, ocorrendo apenas nas esferas política e jurídica, com a transferência do poder da Coroa para os agentes privilegiados do antigo sistema colonial. A revolução econômica e social só iria surgir mais tarde, mediante a evolução do mercado e a expansão do sistema de produção capitalista como realidade interna, e só adquire densidade histórica com a imigração e o “aburguesamento das oligarquias”. Tais aburguesamento e afluência imigrante marcam também o início da contestação da hegemonia econômica, social e política da oligarquia. Neste momento pode-se dizer que “[...] aparecem novos grupos de poder burgueses e a configuração de uma sociedade de classes torna-se nítida” (FERNANDES, 2009[1973]:56).

Importa ressaltar que o período histórico da transição neocolonial não foi ditado somente e, nem mesmo principalmente, pelas transformações do mercado interno e do seu correlato sistema de produção, mas pelas evoluções externas do próprio sistema capitalista. De fato, a transição neocolonial, que no caso brasileiro durou aproximadamente cinquenta anos, é a contraparte da consolidação do capitalismo industrial na Europa. Dessa consolidação emerge um novo padrão de inserção e de dominação externa imperialista. Os efeitos da modernização cultural e a internalização de elos importantes dos negócios de exportação-importação, que se configuravam como efeitos da alteração do polo hegemônico e de controle colonial, tornaram-se uma variante historicamente característica e estrutural, típica do capitalismo moderno. A internalização de um mercado capitalista moderno, dotado de dinamismos econômicos e sociais típicos da ordem competitiva, com elementos de integração regional e/ou nacional, terminou por não apenas modificar as relações da economia interna com o mercado mundial mas, ao mesmo tempo, criar um foco interno de crescimento econômico.

Surgiu, assim, uma economia de mercado com dois polos dinâmicos interdependentes (um interno, outro externo), capaz de absorver construtivamente o impacto dos dinamismos da economia internacional e de reproduzir, por diferenciação e reintegração internas, o processo de desenvolvimento da própria economia hegemônica. A ordem econômica emergente nascia e se expandia através da incorporação ao espaço econômico, sociocultural e político dos sistemas econômicos centrais, numa extensão e com uma intensidade que seriam inconcebíveis numa economia colonial (qualquer que ela fosse, por natureza segmentada dos princípios de organização e funcionamento da economia metropolitana). (FERNANDES, 2009[1973]:56-57 grifo nosso)

Florestan indica o último quartel do século XIX como o momento de consolidação do capitalismo moderno na América Latina e de crise nas relações

neocoloniais com a Europa. Sem embargo, como é recorrente neste padrão histórico de mudança social, as estruturas econômicas produzidas pelo neocolonialismo não foram destruídas, mas, (re)funcionalizadas pela nova situação. Todavia, os dinamismos econômicos dominantes passaram a proceder de um novo tipo de mercado, que funcionava com base na (re)aglutinação das estruturas econômicas de origem colonial e/ou neocolonial e das novas estruturas econômicas baseadas na extração de mais-valia relativa que inviabilizava o modo de produção escravista. (Re)aglutinações e ajustes aos interesses internos e externos dominantes que:

[...] restringiram ou entorpeceram as funções diferenciadoras, classificadoras e estratificadoras do mercado e do sistema de produção capitalistas, inibindo assim o grau de universalidade, a eficácia e a intensidade dos dinamismos revolucionários ou estabilizadores da ordenação em classes sociais. (FERNANDES, 2009[1973]:47)

Logo, a explicação desse encadeamento entre o colonialismo e o neocolonialismo permite responder por que a sociedade nacional que emerge dessa transição não era própria de uma Nação independente, ao menos do ponto de vista econômico e cultural. Contudo, também permite evidenciar algo ainda mais relevante e complexo: após a ruptura com o antigo sistema colonial, o país sustentava-se e adquiria autonomia relativa suficiente para prosseguir com os próprios pés. Não obstante, a incapacidade de acomodações diversas no nível do mercado mundial e das estruturas internacionais de poder pela defesa obstinada do monopólio do poder, das instituições-chave e do superprivilegiamento econômico e social pelos estamentos dominantes terminou por consolidar uma inserção subalterna na divisão internacional do trabalho.

Graças ao domínio autocrático das estruturas econômicas, socioculturais e políticas, nas origens mais remotas da ordem social competitiva temos uma oligarquia que monopolizava o poder sem maiores riscos e que se aburguesou sem compartilhar quaisquer dos seus privilégios com a “ralé” ou o “populacho”. (FERNANDES, 2009[1973]:92).

Este destino histórico revela uma linha bem diversa e própria do desenvolvimento capitalista. Nela, o poder político passou a centralizar e a desempenhar funções socialmente construtivas, seja acomodando as tensões de uma integração econômica nacional inconclusa, seja como o centro imediato e o polo interno permanente da construção desta Nação moderna. Esse processo de modernização apenas disfarçava e matizava os novos laços de dependência colonial, agora especificamente econômicos e financeiros, mas que aos poucos adquiriu o significado e a proporção de uma nova rodada no processo de transplante civilizacional da Europa. Em que pesem a crise irreversível, o fim do controle diretamente político e jurídico colonial e a superação dos laços neocoloniais, a parte substancial da sociedade brasileira permanecia material, emocional e moralmente presa a uma classificação social e a estilos de vida legados pelo mundo colonial e neocolonial de estamentos e castas.

O que é essencial ter-se em mente é que, nas condições da América Latina, por causa de suas origens coloniais e das implicações da transição neocolonial, o “capitalismo moderno” nasce, consolida-se e evolui repetindo o

“típico” de modo peculiar e criando a sua própria conexão histórica “particular”. A ordem social competitiva não deita suas raízes mais longínquas em um estamento burguês revolucionário; mas em estamentos senhoriais que pretendiam usar suas posições-chaves no controle da economia e de Nações-Estados emergentes, como fonte de privilegiamento do poder senhorial, realizando assim a integração horizontal de estruturas de poder estamentais (antes impedida pelas Coroas espanhola e portuguesa e pela administração colonial). A “condição burguesa” não foi o requisito, mas o produto imprevisto e quase inexorável dessa evolução. Ela não atirou os círculos sociais em processo de aburguesamento contra os “privilégios do antigo sistema” (no caso, o sistema colonial), mas sim contra o “jugo colonial”. Destruído esse jugo, definido ao nível da dominação jurídico-política e econômica metropolitana, todos os demais privilégios subsistiram. (FERNANDES, 2009[1973]:92)

Disso Florestan retira duas conclusões fundamentais. A primeira é a de que as Nações política e juridicamente livres, mas economicamente dependentes, frutos da expansão do mundo ocidental moderno, evoluíram para o capitalismo através das estruturas econômicas e sociais vinculadas à economia exportadora das plantações escravocratas. Isso porque, no caso brasileiro, a economia só ganhou significado capitalista no plano interno após a ruptura com o antigo sistema colonial e, mesmo assim, preservou sua organização e funções extracapitalistas sob as quais repousavam o poder econômico, social e político dos grandes proprietários rurais. Não obstante, foi a estrutura agrário-exportadora e escravocrata dessas Nações que lhes forneceu, conjuntamente, a base política e os fundamentos econômicos e sociais para a absorção inicial do capitalismo e sua implantação definitiva como realidade histórica interna.

A segunda diz respeito ao fato de que o processo de modernização não pode ser encarado como simples reprodução da evolução do capitalismo na Europa. Obviamente houve ininterruptos transplantes de pessoas, técnicas, instituições e ideias, mas o que se opera é um salto histórico: do legado estamental e escravocrata para as formas econômicas, jurídicas e políticas da Europa moderna. É claro que não se cria nem simplesmente floresce um estilo de vida burguês. Portanto, o que se transfere não é uma forma de vida pré-determinada e nem um padrão de integração social pronto e acabado, mas sim normas, instituições e valores sociais que só podem ser preenchidos pelo material humano existente.

Nessas condições, o que prevaleceram foram a identificação e o apego à civilização ocidental. Tal apego se traduz pela busca de se implementar uma complexa, diferenciada e instável civilização, incompatível com as condições materiais e morais então existentes na periferia. A ordem social competitiva dessa civilização não podia ser historicamente saturada, em seus limites de eficácia, por nenhum grupo ou classe social.

A competição surge como um circuito social estreito e confinado, que se aplica e regula as relações dos que se consideravam “iguais”, que se tratavam como Povo, mas excluía os diferentes estratos do povo propriamente dito da “sociedade civil” e dos processos histórico-sociais. Em consequência, a ordem social competitiva não desponta como a expressão do equilíbrio instável de diferentes camadas sociais em tensão legítima. Ela reconhece a pluralização das estruturas econômicas, sociais e políticas como “fenômeno legal”. Todavia não a aceita como “fenômeno social” e, muito

menos, como “fenômeno político”. Os que são excluídos do privilegiamento econômico, sociocultural e político também são excluídos do “valimento social” e do “valimento político”. Os excluídos são necessários para a existência do estilo de “dominação burguesa”, que se monta dessa maneira. Mas não concorrem para saturar, estrutural, dinamicamente ou historicamente, o “mundo burguês” correspondente. (FERNANDES, 2009[1973]:93).

E ressalta o destino lapidar do liberalismo nestas nações.

O liberalismo, em suas conexões ideológicas e utópicas com os interesses dos estamentos dominantes, servia como um disfarce para ocultar a metamorfose dos laços de dependência colonial, racionalizar a persistência da escravidão e das formas correlatas de dominação patrimonialista, bem como, justificar a extrema e intensa concentração de privilégios econômicos, sociais e políticos na aristocracia agrária e na sociedade civil que lhe servia de suporte político e vicejava à sua sombra (FERNANDES, 2008b[1968]:27).

O fundamental é que neste amplo espectro podemos capturar como, do sistema colonial ao florescimento do capitalismo dependente, entremeios o contínuo refinamento nos padrões de dominação externa, conjugavam-se e preservavam-se, de forma variável e dentro de novos limites, o esquema secular da produção e a exportação de bens primários baseada na superexploração da força de trabalho.

Em termos gerais, é nisso que consiste o fenômeno da difusão do capitalismo na América Latina, após as lutas pela independência política e a emancipação nacional, que culminam com o fim do esbulho colonial legalmente instituído. A importação de técnicas, instituições e valores sociais importados realizaram uma profunda e revolucionária reorganização da sociedade, da cultura e da economia, sofrendo uma rápida difusão, sem contudo se converterem em fatores concretos da dinamização da ordem econômica, social e política.

[...] pode-se dizer que os modelos ideais de organização da sociedade foram substituídos de acordo com ritmos históricos muito intensos. O mesmo não aconteceu com a criação das estruturas sociais, econômicas e políticas correspondentes, que iriam emergir, difundir-se e desenvolver-se através de ritmos históricos muito débeis e incertos, graças a uma evolução lenta, penosa e oscilante [...]. (FERNANDES, 2009[1973]:20).

Com efeito, Florestan defende que as fronteiras reais da história na América Latina não residem na absorção de determinados modelos ideais de organização econômica, social e política, mas nos “fatos de estrutura” que essa absorção dinamiza, a partir dos quais os humanos realizam, ou não, as condições que asseguram, ou não, a viabilidade histórica e a efetividade prática maior ou menor desse modelo de organização social. Deste ponto de vista, o autor destaca três pontos que precisam ser compreendidos para o emprego e análise consequente do conceito de classes sociais nas condições imperantes e típicas das sociedades latino-americanas. São eles: 1) o tipo específico de capitalismo que aqui se desenvolve, 2) a forma e o dinamismo da sociedade de classes estrutural e historicamente possível sob tal capitalismo e 3) os

processos de formação, evolução e desintegração da ordem social competitiva, típicas da sociedade de classes que emerge do capitalismo dependente.

A partir do que já foi apresentado, está claro que as condições de implementação da civilização ocidental na periferia são variáveis, apesar de assumirem forma e conteúdo em que a posição dependente da economia periférica, em sua estrutura e funcionamento, se mantêm constantemente. Portanto, o que varia, por que depende da regulação interna dos fatores externos envolvidos, é a natureza do nexo de dependência, isto é, a polarização da hegemonia externa e o poder de determinação do núcleo interno dominante. Neste sentido, é relevante atentar para o fato de que as relações de dominação não são simplesmente dadas a partir de fora, mas conformadas a partir de dentro. Portanto, imperialismo e dependência são mutuamente interdependentes e reproduzem, em escala ampliada e de forma mais efetiva e eficaz, os mecanismos de dominação sobre o excedente econômico produzido na periferia. Tal dominação, desta maneira, busca rentabilizar ao máximo o subdesenvolvimento e o acesso desigual e combinado às estruturas políticas e econômicas, em termos de renda e riqueza, mas também de oportunidades.

Embora a Nação se apresente como a unidade contextual e de referência para a análise da dependência, o seu determinante operacional é de caráter supranacional e repousa sobre o padrão de dominação plasmado pela estrutura do regime de classes periférico e a conseqüente inserção subalterna na divisão internacional do trabalho. Logo, dominação imperialista e situação de dependência estão fundamentalmente alicerçadas em relações e conflitos de classes, os quais devem, por isso mesmo, estar no centro das observações, análises e interpretações teóricas.

Deste ponto de vista, podemos dizer que a Teoria da Dependência é um desdobramento da Teoria do Imperialismo e, ao mesmo tempo, um esforço para explicitar os vários processos sociais mais ou menos encobertos pelas “Teorias da Modernização e da Incorporação”. Ressalta-se ainda que Florestan pesquisava e escrevia em um mundo que vivia a bipolaridade das disputas entre o capitalismo e o socialismo soviético. Neste mundo bipolar, mais do que em qualquer outro, as burguesias dos países centrais dependiam direta e profundamente da capacidade das burguesias periféricas para defender as franjas do sistema capitalista. Conseqüentemente, tanto o imperialismo como a dependência são a face e o averso da mesma moeda que busca rentabilizar em causa própria a situação de subdesenvolvimento.

2.1 CAPITALISMO DEPENDENTE, CLASSES SOCIAIS E ORDEM SOCIAL COMPETITIVA

2.2 O conceito de capitalismo dependente é uma categoria específica, que pretende explicar o próprio e peculiar circuito histórico dos países periféricos, bem como a situação concreta das sociedades subdesenvolvidas que daí emergem. Permite explicitar como o enlace entre imperialismo e dependência alicerçam a formação de um capitalismo que dá à luz um regime de classes “atrofiado”, que é incapaz de sustentar, mesmo “dentro da ordem”, as utopias da civilização burguesa, gerando, conseqüentemente, uma situação particular em que o aprofundamento da transformação

capitalista e o conseqüente crescimento econômico não se conjugam com o pleno florescimento de uma ordem social competitiva com soberania democrático-nacional².^[2]

O regime de classes objetiva-se historicamente, nessas nações, de modo insuficiente e incompleto, o que impede ou bloqueia a formação e o desenvolvimento de controles sociais democráticos. A riqueza, o prestígio social e o poder ficam concentrados em alguns círculos sociais, que usam suas posições estratégicas nas estruturas políticas para solapar ou neutralizar as demais forças sociais, principalmente no que se refere ao uso do conflito e do planejamento como recursos de mudança sociocultural. (FERNANDES, 2008b[1968]:148-149)

Esse modelo de capitalismo, por um lado, emerge do antigo regime colonial e, por outro, extrai seus dinamismos organizatórios e evolutivos da reiterada incorporação ao espaço econômico, social e cultural de sucessivas Nações ou grupo de Nações hegemônicas. É um modelo que funciona reproduzindo as formas de exploração, apropriação e expropriação típicas do capitalismo moderno, no nível da circulação e da produção de mercadorias, mas que é portador de um componente adicional específico e característico. Esse elemento específico consiste em uma forma de acumulação capitalista dual que se institucionaliza para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos do poder internos e externos.

É apenas aparentemente que esta especificidade, a repartição do excedente econômico, afeta as classes dominante das nações periféricas, impingindo-lhes uma espoliação que se monta de fora para dentro e que as obriga a dividir o excedente econômico com os agentes privilegiados que operam nas economias centrais. De fato, a economia capitalista dependente está sujeita a essa permanente transferência de riquezas, inviabilizando, por isso, a monopolização do excedente econômico pelos agentes internos privilegiados. Na essência, porém, essa acumulação dual e sua conseqüente transferência de riquezas para fora são um processo que desfavorece e se realiza às custas dos setores assalariados e destituídos “da população excedente”, que assim permanecem submetidos a mecanismos de sobreapropriação assentados na espoliação, na expropriação e na (sobre)exploração capitalista e extra-capitalista da força de trabalho empregada ou não..

Portanto, o elemento específico e típico deste modelo de capitalismo é sua dinâmica dual de repartição do excedente econômico que se realiza, não em detrimento da acumulação executada pelas classes dominantes e suas elites, mas através da sobreapropriação e da sobreexploração dos setores assalariados e excluídos da população. Mas este elemento específico só é possível pois o regime de classes brasileiro modernizou o regime de castas, entre outros, revitalizando seu código de conduta, avaliação e classificação social fundados no racismo e na “desigualdade racial”. Tal código social segrega estruturalmente através da discriminação e do preconceito de “cor”, com o que “a cor continuou a operar como marca racial e como símbolo de posição social, indicando simultaneamente ‘raça dependente’ e condição

² Florestan entende por soberania democrático-nacional a capacidade e a autonomia para controlar os ritmos, o sentido e a dinâmica de acumulação do capital, a partir dos interesses e das necessidades do espaço nacional.

social inferior” (FERNANDES, 2008a[1965]:420), uma vez que “[...] a formação e a consolidação do regime de classes não seguiram um caminho que beneficiasse a reabsorção gradual do ex-agente do trabalho escravo. A ordem social competitiva emergiu e se expandiu, compactamente, como um autêntico e fechado mundo dos brancos”. (FERNANDES, 2008a[1965]:568-569). Ademais:

[...] como a economia de trabalho livre se organizou sobre um patamar pré-capitalista e colonial seria lamentável se ignorássemos como as determinações de raças se inseriram e afetaram as determinações de classe. [...] O que desapareceu historicamente – o “mundo colonial” – subsiste institucional e funcionalmente, ainda que de forma variável e desigual, conforme os níveis de desorganização da vida humana que se considerem. Ele vive, pois, em quase tudo que é essencial para o capitalismo dependente: na posse da terra, na organização da agricultura, na autocracia dos poderosos, na espoliação sistemática e marginalização dos pobres, no particularismo e no farisaísmo das elites, na apatia ou na confusão das massas oprimidas e, principalmente, nos padrões de relações étnicas e raciais, por natureza ilegítimos, extracristãos e antidemocráticos. (FERNANDES, 2007[1972]:289-290)

Por conseguinte, conforme Florestan, não é possível compreender a formação social brasileira, tampouco a própria estrutura e dinâmica do regime de classes, sem colocar o racismo e, com ele, a estratificação pautada na relação entre raça e classes no centro de nossos questionamentos. É por isso que na periferia a dissociação dos tempos econômico e político da ordem social competitiva se torna um artifício central. O rompimento entre os tempos históricos da transformação capitalista e da transformação democrática termina por obstruir a integração do poder em bases nacionais e, ao mesmo tempo, enfraquece ou inviabiliza as diversas “revoluções” - rural, comercial, urbana e industrial - típicas do regime de classes. Esse recurso é que qualifica o processo histórico e estrutural da revolução burguesa nos países da periferia capitalista como uma série de “revoluções interrompidas” e permite compreender como o subdesenvolvimento é uma escolha dessas classes dominantes para manter seu *status quo* em um autêntico e excludente “mundo dos brancos”. É uma escolha cuja explicação

[...] teria de ser procurada no mesmo fator que explica, sociologicamente, o desenvolvimento econômico sob o regime de produção capitalista: como as classes se organizam e cooperam ou lutam entre si para preservar, fortalecer e aperfeiçoar, ou extinguir, aquele regime social de produção econômica. (FERNANDES, 2008b[1968]:29).

Logo, deste prisma, interessa compreender como as classes dominantes se unificam socialmente de forma a produzir uma articulação política, por meio da qual vinculam a sociedade civil a uma democracia restrita e “racial” segregada. Essa articulação determina uma apropriação oligárquica do Estado e do destino da Nação, a ponto de solapar, repetidamente, por um férreo circuito fechado político institucional, a transformação democrática. Tal solapamento é, não obstante, a condição para aceleração da transformação capitalista no sentido específico do super privilegiamento

das classes dominantes nativas e seus parceiros imperiais, evidenciando que tais classes dominantes são portadoras de uma “resistência sociopática à mudança”, movida por um profundo egoísmo de classe e repleta de elementos antinacionais, antissociais e antidemocráticos. Essa resistência termina por inviabilizar até mesmo “o padrão de democracia inerente à sociedade de classes numa economia capitalista” (FERNANDES, 1965:1), em uma atitude que conforma uma dominação social, conforme Fernandes (2005[1975], 2015[1981]), tipicamente autocrática, que estrutura um Estado repressivo e com fortes tendências tecnocráticas e de um totalitarismo fascizante.

Esse tipo de revolução burguesa, caracterizada por tal nível de privatismo com relação ao poder e seus instrumentos, tem como elemento condicionante uma articulação de articulações que arcaizam o que é moderno e modernizam aquilo que é arcaico. Consubstancia os processos, de um lado, da desagregação social interna pautada no subdesenvolvimento desigual e combinado e, por outro lado, na situação de dependência e subordinação externa, tanto econômico como cultural, frente às nações hegemônicas. Essa articulação de articulações é, por sua vez, estabelecida pela capacidade que estas classes dominantes periféricas possuem para neutralizar, excluir e silenciar, de forma reiterada, os setores destituídos e as classes pobres. Essa capacidade, por isso mesmo, as torna funcionalmente indefesas e estruturalmente incapazes de fazer frente, inibindo ou controlando, aos dinamismos desencadeados pelas economias hegemônicas, o que faz com que tenham de colocar a revolução nacional em segundo plano e abrir espaços, se articulando, às torrentes externas do capitalismo mundial.

Nesse sentido, elas [classes dominantes] foram os artífices do capitalismo dependente. Escolheram-no e o fortaleceram como alternativa a uma revolução nacional dentro da ordem, que ameaçaria iniquidades muitas vezes de origem e significado ou consequências coloniais, diante das quais “as desigualdades de classe” têm o caráter de uma conquista democrática (FERNANDES, 2009[1973]:63-64).

Portanto, as classes dominantes do mundo periférico lideram e dominam como uma burguesia compósita, desinteressada e estruturalmente incapaz de fazer prevalecer quaisquer projetos de autonomia nacional ou utopias conquistadoras. Sendo assim, as debilidades econômicas e políticas da burguesia compósita ou plutocrática residem, sobremaneira, na exclusão de outros protagonistas e classes sociais e no sistemático enfraquecimento do próprio regime de classes pela obstrução de seu elemento dinâmico e criador, o conflito social. Essa obstrução termina por vedar todas as possibilidades de competição de uma sociedade relativamente aberta a mudanças sociais lideradas pela competição entre grupos e classes. Por conseguinte, a força dessas burguesias associadas, o privilegiamento sem peias, é também a fonte de suas debilidades de ação econômica e de atuação política como classe.

Assim, vedando os antagonismos sociais mais básicos, em nome do privilegiamento mais ou menos estamental, a partir de uma dominação de raízes fortemente patrimonialistas, as burguesias da América Latina terminaram por despojar o capitalismo e o regime de classes a eles associados de seu elemento criador e, com isso, condenam-se como e enquanto agentes históricos da revolução nacional. Seu drama é serem, por isso mesmo, minadas a partir de dentro pelos interesses dos centros

hegemônicos de decisão - drama que transforma essa plutocracia no artífice do capitalismo dependente, do subdesenvolvimento e no maior obstáculo à descolonização.

Portanto, ao se apelar para a noção de "Revolução Burguesa", não se pretende explicar o presente do Brasil pelo passado de povos europeus. Indagam-se, porém, quais foram e como se manifestaram as condições e os fatores histórico-sociais que explicam como e por que se rompeu, no Brasil, com o imobilismo da ordem tradicionalista e se organizou a modernização como processo social. Em suma, a "Revolução Burguesa" não constitui um episódio histórico. Mas, um fenômeno estrutural, que se pode reproduzir de modos relativamente variáveis, dadas certas condições ou circunstâncias, desde que certa sociedade nacional possa absorver o padrão de civilização que a converte numa necessidade histórico-social. Por isso, ela envolve e se desenrola através de opções e de comportamentos coletivos, mais ou menos conscientes e inteligentes, através dos quais as diversas situações de interesses da burguesia, em formação e em expansão no Brasil, deram origem a novas formas de organização do poder em três níveis concomitantes: da economia, da sociedade e do Estado. (FERNANDES, 2005[1975]:37)

O regime de classes em sociedades de capitalismo dependente mantém, portanto, a concorrência social e a luta política numa dinâmica de circuito fechado. Desta forma, Florestan rejeita as teorias que tratam o subdesenvolvimento como um simples atraso, passível de superação mediante o crescimento econômico. Opõe-se, também, àquelas teorias que buscam explicar o subdesenvolvimento pela inexistência de processos sociais e sua superação pela necessidade de um “choque de capitalismo”.

Na verdade, Florestan busca demonstrar como ambas as posições, que atribuem a reforma da ordem por vias tecnocráticas e a intensificação da acumulação capitalista como a saída possível da condição de dependência e subdesenvolvimento, encarnam, em realidade, práticas que concorrem para a permanência e o aprofundamento da dependência e do subdesenvolvimento. Isto porque, para Florestan, o problema reside no fato de que a aceleração do crescimento econômico e o avanço da transformação capitalista não significam, e nem podem significar, nas condições da periferia do sistema, um aprofundamento da transformação social, política e cultural em um sentido democrático.

Ao contrário do que se pensa e do que se tem propalado freneticamente, como uma espécie de fé, os problemas do Brasil, vistos sociologicamente, não são 'problemas de crescimento'. Crescimento tem havido, especialmente ao nível econômico. Ele não chegou a assumir, porém, as proporções e um padrão que afetassem a integração do Brasil como uma sociedade nacional e sua posição no conjunto das demais sociedades nacionais que compartilham da mesma civilização. Assim, o que nos deve interessar é o modo de participar do padrão dessa civilização. (FERNANDES, 2008b[1968]:173)

Da mesma forma o autor busca compreender o sentido da proposta da “Teoria da Interdependência”, característica do padrão de dominação externa do imperialismo total com liderança estadunidense. Essa teoria oferece como saída possível para o

subdesenvolvimento a abertura e uma ainda maior associação com o capital internacional, sobremaneira com as grandes empresas transnacionais. Apostar na interdependência, para Florestan, significava tomar o caminho mais curto para aprofundar as assimetrias e o grau de incorporação subordinada e dependente ao espaço econômico e cultural externo, com duvidosos resultados em termos de redução das desigualdades e democratização econômica, política e social.

Essa alternativa permitiria quebrar o privilegiamento interno como fator de rigidez da ordem social competitiva, pela mobilização concomitante dos setores sociais menos privilegiados ou despossuídos. Mas envolve custos econômicos, socioculturais e políticos que o tornam impraticável. Na prática, só serve para justificar os 'surto desenvolvimentistas' e manter o *status quo*. (FERNANDES, 2009[1973]:100 – 101).

Com isso Florestan conclui que a dependência possui um viés de articulação e composição de classe, o qual é determinante e transcende as relações entre Nações.

[...] o modelo concreto de capitalismo que irrompeu e vingou na América Latina reproduz as formas de apropriação e expropriação inerentes ao capitalismo moderno com um componente adicional específico e típico: a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes). Em termos abstratos, as aparências são de que estes setores sofrem a espoliação que se monta de fora para dentro, vendo-se compelidos a dividir o excedente econômico com os agentes que operam a partir das economias centrais. De fato, a economia capitalista dependente está sujeita, como um todo, a uma depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis), o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus agentes privilegiados. Na realidade, porém, a depleção de riquezas se processa à custa dos setores assalariados e destituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobreapropriação e sobreexpropriação capitalistas (FERNANDES, 2008b[1968]:45).

Com efeito, a base material que é o eixo do privilegiamento econômico da plutocracia são a sobreexpropriação e a sobreapropriação capitalistas, os vértices estruturais e estruturantes do subdesenvolvimento. Tais vértices dão lugar a um padrão de acumulação do excedente econômico que é dual, associado e dependente. Esse padrão, por suas características, só é capaz de alimentar os interesses conectados à intensificação e o cada vez maior refinamento da dependência e do subdesenvolvimento, transformado em condição. Este processo de satelitização econômica engendra um sistema de produção, reprodução e circulação inequivocamente heterogêneo, no qual a superdominação e a superexploração da força de trabalho são condições necessárias que se somam como meios para garantir a superconcentração de privilégios de classe e de “raça”.

3 A FORMA E O DINAMISMO DA SOCIEDADE DE CLASSES E OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO, EVOLUÇÃO E DESINTEGRAÇÃO DA ORDEM SOCIAL COMPETITIVA:

A dependência e o subdesenvolvimento sacrificam um estilo de vida minimamente democrático e aberto às pressões da luta de classes, conformando um regime de classes rígido que veda a disputa social. Esse regime tem seu funcionamento normal pautado pela exclusão mais ou menos permanente da maioria da população da sociedade civil da vida política e do próprio mercado. Ao insistir na centralidade das relações e do regime de classe, Florestan Fernandes ressalta a lógica que rege o tempo interno do capitalismo em sua especificidade dependente.

Trata-se de uma economia de mercado capitalista constituída para operar estrutural e dinamicamente: como uma entidade especializada, ao nível da integração do mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, ao nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária, ao nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas. (FERNANDES, 2008b[1968]:36-37)

Desse modo, o autor logra demonstrar como o padrão de acumulação de capital sofre influência direta do padrão, da dinâmica e da estrutura do regime de classes e dos conflitos a ele associados. Aponta, ainda, como este encerra as potencialidades da economia de mercado enquanto instrumento de formação, integração e florescimento de uma sociedade nacional autodeterminada. Apresenta, da mesma forma, a articulação de articulações, em uma concepção não-dualista, entre o arcaico e o moderno nas sociedades de capitalismo dependente, como uma realidade orgânica e estrutural que é inerente ao seu padrão de funcionamento normal. Essa concepção, além disso, permite delinear o subdesenvolvimento como um produto e a contraparte do desenvolvimento capitalista mundial, sendo, por isso, um tipo ou uma forma específica de capitalismo.

A partir do exposto, Florestan defende que a característica precípua das plutocracias latino-americanas, que se associam aos interesses imperialistas para melhor explorar os recursos humanos e naturais da periferia, é serem intrinsecamente: 1) antissociais, na medida em que vedam a incorporação da sociedade na ordem social competitiva, obliterando os elementos classificadores do mercado; 2) antinacionais, pois promovem um desenvolvimento desigual e um crescimento econômico concentrador que é induzido de fora para dentro; 3) antidemocráticos, como tematizado ao longo do trabalho, porque constroem uma democracia restrita aos mais iguais.

No fundo, quer se trate das metrópoles, das cidades ou do campo, as classes sociais propriamente ditas abrangem os círculos sociais que são de uma forma ou de outra privilegiados e que poderiam ser descritos, relativamente, como 'integrados' e 'desenvolvidos'. Tais setores coexistem com a massa dos despossuídos, condenados a níveis de vida inferiores ao de subsistência, ao desemprego sistemático, parcial ou ocasional, à pobreza ou à miséria, à marginalidade socioeconômica, à exclusão cultural e política etc. (FERNANDES, 2009[1973]:45)

Essas características das plutocracias periféricas conformam uma situação de desigualdade e humilhação extrema para a grande massa da população, para a qual se impõem interesses particulares como se fossem universais e onde o recurso ao violento esmagamento e a eliminação física, por vias de opressão e repressão direta e indireta, é um expediente cotidiano. Essas classes dominantes são associadas, dependentes e autocráticas, e detêm o monopólio do Estado. Tal monopólio estatal se torna sua arma de guerra, tanto contra seus inimigos internos, como nas negociações com seus parceiros externos. O Estado é o instrumento que permite acelerar o crescimento econômico de forma “segura” e, conjuntamente, manter a sobrevivência do ordenamento social subdesenvolvido. Esse ordenamento garante, de *jure* e de *facto*, a concentração e os privilégios sociais, políticos e econômicos de uma elite muito pequena.

Uma burguesia impotente para conduzir autonomamente a ‘transformação capitalista’ e, portanto, para conjugar uma revolução nacional com uma revolução democrática, nem por isso deixa de ficar no centro do controle do poder econômico, social e político das respectivas sociedades de classes. E isso com maior amplitude e ímpeto, quanto mais fraca for a oposição organizada das classes operárias e das massas populares. (FERNANDES, 2011[1980]:79)

Continua:

As inconsistências das burguesias latino-americanas procedem do fato de que elas resistem à plebeização e instigam a proletarização sem querer aceitar a democratização correspondente da ordem social competitiva. Proscrevendo o destituído da ordem civil e limitando (ou anulando) a participação econômica, cultural e política das classes trabalhadoras, aquelas burguesias enfraqueceram a si próprias, reduzindo suas alternativas, empobrecendo sua visão do mundo e liquidando-se como agente histórico revolucionário. Restringindo a competição e o conflito a privilégios quase estamentais, elas despojaram o capitalismo de suas potencialidades criadoras. (FERNANDES, 2009:58)

O efeito mais imediato dessa democracia restrita é a deformação irremediável da ordem social competitiva, que passa a depender e a produzir uma sociabilidade fascizante, na qual as classes dominantes só reconhecem direitos para si mesma e para seus parceiros, sem jamais abrir ou ceder espaço às demais classes sociais.

Em suma, as classes sociais não podem preencher suas funções sociais desintegradoras tanto quanto suas funções sociais construtivas sob essa modalidade predatória de capitalismo selvagem. As classes puderam preencher tais funções, nos modelos europeu e norte-americano de revolução burguesa, porque as classes sociais submetidas à expropriação e à espoliação conquistaram o direito de serem ouvidas, de usar meios institucionais de protesto ou de conflito e de manipular controles sociais reativos, mais ou menos eficazes, regulando assim a sua participação social nos fluxos da renda e nas estruturas de poder. As classes sociais falham, nas situações latino-americanas, porque operam unilateralmente, no sentido de preservar e

intensificar privilégios de poucos e de excluir os demais (FERNANDES, 2009:49)

Conseqüentemente, as burguesias compósitas da periferia têm como papel fundamental: assegurar a expropriação e a exploração excedente necessária para que o empreendimento dependente continue em pleno funcionamento, criando, mantendo e recriando níveis de exploração e de exclusão dos direitos políticos, econômicos e sociais que fazem com que toda e qualquer possibilidade de “revolução dentro da ordem”, que signifique integração, estabilidade e transformação social, afigura-se como foco de instabilidade da estreita dominação autocrática. Para Florestan o caso não é:

[...] apenas de defender a ‘liberdade’ e a ‘democracia’. Porém, de pôr em evidência que a sociedade de classes engendrada pelo capitalismo na periferia é incompatível com a universalidade dos direitos humanos: ela desemboca em uma democracia restrita e em um Estado autocrático-burguês, pelos quais a transformação capitalista se completa apenas em benefício de uma reduzida minoria privilegiada e dos interesses estrangeiros com os quais ela se articula institucionalmente. (FERNANDES, 2011[1980]:77)

Portanto, a configuração autocrática do capitalismo dependente é uma decorrência da própria estrutura compósita da hegemonia burguesia. Pois, para as burguesias dependentes,

O essencial continua a ser as ‘vantagens relativas’ da associação com as nações capitalistas centrais e sua superpotência (isto é, as migalhas da submissão ao imperialismo) e o ‘equilíbrio de poder’ a qualquer preço, pelo qual a Nação tem de crescer fatalmente contra a sociedade politicamente organizada. (FERNANDES, 2011[1980]:31)

No capitalismo dependente e autocraticamente dominado, a ausência de democracia, restrita por condicionantes estruturais e históricas, torna-se um profundo problema. Sem ela, o elemento dinâmico e criativo do sistema capitalista, a possibilidade de confronto e conflito entre as classes sociais, é anulado. Isso tem, no entanto, altos custos, já que é base para uma ordem social e um regime de classes, nos quais nem mesmo as transformações capitalistas mais básicas e elementares podem ser levadas a cabo.

As burguesias do mundo capitalista subdesenvolvido são vítimas da estrutura e da organização da sociedade de classes em que vivem... Condenam-se a protagonizarem a história como uma eterna façanha de dependência. Para que elas se ergam acima dessa medida, elas precisam ser negadas e arrostadas por outras classes. Enfim, precisam ser compelidas a pensar e a transformar o mundo de uma perspectiva universal. (FERNANDES, 2008b[1968]:103)

Essa situação, somada à debilidade das demais classes para pressionar mudanças, cai numa espécie de circuito fechado que torna impossível a construção de um processo de transformação profunda “dentro da ordem”, já que uma mudança, que

se pretende considerável, numa sociedade de classes capitalista necessita de um projeto que tenha um mínimo caráter universal. Tal tarefa escapa claramente às possibilidades das burguesias dependentes. Logo:

A questão não está como muitos pensam, em distinguir entre uma ‘burguesia nacional’, agente do nacionalismo econômico, e uma ‘burguesia internacional’, agente direto do imperialismo encarando-se a primeira como um mal menor e necessário. As qualificações propostas são inconsistentes; e o problema não é que existam duas ‘burguesias’, mas uma hegemonia burguesa duplamente composta, graças à quais interesses burgueses internos e externos se fundem, funcionando estrutural e dinamicamente de forma interdependente e articulada. Esta associação cria a inviabilidade da América Latina sob o capitalismo, porque é ela que origina, preserva e legitima um padrão de mudança social que continuamente reorganiza a dependência, a espoliação, a miséria e as iniquidades sociais, que tornam a revolução nacional uma improbabilidade histórica. (FERNANDES, 2009[1973]: 141)

Neste sentido, a interdição do conflito que a autocracia realiza no capitalismo dependente, deixa transparecer que:

[...] há algo errado que não decorre só da dominação estrangeira e das orientações capitalistas da hegemonia burguesa na América Latina. Os efeitos construtivos indiretos da revolução burguesa na Inglaterra ou na França foram produto do ‘altruísmo’, do ‘esclarecimento’ ou dos ‘méritos’ da burguesia? Parece que, ao contrário, eles foram provocados pela pressão de outros grupos e classes sociais, que se fizeram ouvir e impuseram suas soluções. Portanto, a modernização dependente e os dinamismos inerentes à expansão do capitalismo chegam a um impasse, que tem em suas raízes a ausência política do conflito e de controles sociais eficazes, no nível em que ambos são essenciais para a normalidade e o fortalecimento da Nação. (FERNANDES, 2009[1973]:142)

Assim, na análise das perspectivas e possibilidades de mudanças no capitalismo dependente, Florestan enxerga as classes subalternas como um agente estratégico de toda e qualquer transformação criativa.

[...] a questão política central vem a ser a das tarefas políticas do setor de ponta das classes trabalhadoras e de sua relação com a situação atual. Deve-se manter as classes trabalhadoras atreladas ao carro-chefe da burguesia ou romper com o passado, preconizando-se uma linha de ação política autônoma? As classes trabalhadoras não possuem, no momento, condições objetivas e subjetivas para provocar uma mobilização revolucionária da massa pobre da população contra a ordem existente. Contudo, parece evidente que se acham em suas mãos tanto a intensidade e a rapidez da desagregação do regime vigente, quanto o grau de alargamento democrático da ordem burguesa. (FERNANDES, 1980:7)

As contribuições teóricas de Florestan Fernandes sobre o papel do regime de classes e da luta a ele associada para o desenvolvimento nacional fornecem elementos

para compreensão das bases culturais, sociais e políticas do processo de apropriação do excedente econômico e, por conseguinte, expõem a natureza da acumulação dual de capitais nas sociedades dependentes. Abrem caminho para desvelar os processos históricos que condicionam a racionalidade do subdesenvolvimento econômico e social. Sua exposição da lógica sociocultural e política do processo adaptativo de modernização, baseado em articulações da burguesia compósita, indica a natureza do desenvolvimento desigual e combinado que impulsiona a evolução interna do capitalismo na periferia do sistema e, simultaneamente, inviabiliza que o processo de descolonização seja levado ao fundo e ao cabo. Nesse contexto histórico-estrutural, dependência e subdesenvolvimento vedam qualquer possibilidade de conciliação entre desenvolvimento capitalista e democracia social.

Logo, o capitalismo dependente sempre muda, o que nunca muda é o seu padrão de transformação, sempre calcado na articulação dos interesses dominantes. Essa articulação dependente, enquanto padrão de transformação que regula o dinamismo da mudança social, tem efeitos sempre novos e variáveis. Trata-se de uma articulação dos interesses internos e externos que, por estar materialmente assentada na sobreapropriação e na dependência, cria uma realidade econômica, sociocultural e política que se altera dinamicamente, todavia apenas na exata medida e sempre no sentido por meio do qual a articulação dependente possa se reproduzir em novas condições e combinações. Assim, o jogo econômico, restrito aos agentes privilegiados, se torna um meio, não de disputa e competição, ainda que desigual, mas de pura e simples manutenção do *status quo*. À vista disso, “[...] a junção de dinamismos econômicos externos e internos cria uma *realidade econômica que só varia no sentido de reproduzir-se* através de novas condições ou de novas combinações”. (FERNANDES, 2009[1973]:61-62 grifo nosso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

COHN, Gabriel. O ecletismo bem temperado. In: D’INCAO, M. A. (org.). *O saber militante: Ensaio sobre Florestan Fernandes*. São Paulo-Rio de Janeiro: Editora Unesp-Paz e Terra, 1987.

FERNANDES, Florestan. *Poder e contrapoder na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular, 2015[1981].

FERNANDES, Florestan. *Brasil em compasso de espera: Pequenos Escritos Políticos*. São Paulo, HUCITEC, 2011[1980].

FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado*. São Paulo: Ed. Globo, 2010[1976].

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Editora Global, 2009[1973].

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: no limiar da nova era*, Vol. II. São Paulo: Ed. Globo, 2008a[1965].

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Editora Global, 2. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Editora Global, 2008b[1968].

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Editora Global, 2. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Global, 2008c[1974].

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Editora Global, 2007[1972].

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2005[1975].

FERNANDES, Florestan. *Nova República?* 1.ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

IANNI, Octavio. Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira. In: _____ (org.). *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2001[1986].